



**LARISSA ANTUNES ZANOTTI**

**FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL:**  
Importância da capacitação de conselhos gestores de políticas  
públicas

**LAVRAS – MG**

**2022**

**LARISSA ANTUNES ZANOTTI**

**FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL:**

Importância da capacitação de conselhos gestores de políticas públicas

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio  
Orientadora

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza  
Coorientador

**LAVRAS – MG  
2022**

**LARISSA ANTUNES ZANOTTI**

**FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL:**

Importância da capacitação de conselhos gestores de políticas públicas

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 21 de novembro de 2022

Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio Presidenta da Banca Examinadora

Prof. Dra. Camila Maria Risso Sales Primeira Membro da Banca Examinadora

Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio

Orientadora

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza

Coorientador

**LAVRAS – MG  
2022**

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Gustavo Costa e à professora Júlia Moretto, pelo processo de orientação que veio muito antes do início deste trabalho. À professora Luciana Braga, por todas as portas que me abriu e pela paciência em me ensinar. Não tenho palavras para agradecer por todo o apoio e amizade durante os meus anos de graduação, os admiro grandemente e me inspiro na paixão de vocês pela área que atuam!

Aos meus colegas do Observatório de Políticas Públicas, por todos os encontros, projetos e pelas trocas durante esses anos. Não canso de dizer que vocês me dão forças para continuar lutando e acreditando em um mundo mais igual e justo.

Aos meus amigos do Projeto Rondon, quem diria que nos últimos “minutos” da graduação eu seria presenteada por uma experiência excepcional. Juntos construímos memórias que carregarei com muito amor para toda vida, além da nossa amizade.

À Ludmila, Paiton, Lígia e Bárbara, além de tantos outros amigos, vocês fizeram Minas Gerais se tornar um dos meus lugares favoritos do mundo. Grata por todas as vivências compartilhadas, pelo cuidado, carinho e por terem se tornado minha família.

Aos meus pais, Sidney e Olimpia, por serem minha base e maiores apoiadores. Tudo isso é graças a vocês, a tudo que tiveram que se abster para que eu pudesse realizar este sonho. Vocês são exemplos de caráter e fortaleza. Mamãe, sempre nos ensinando a ser voz de quem não tem.

Agradeço a Deus, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel Arcanjo, pela proteção,

A todas e todos, meu muito obrigada!

**Não temos interesse em quebrar o telhado de vidro enquanto deixamos que a  
ampla maioria limpe os cacos.  
Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela.  
“Feminismo para os 99%: um manifesto”**

## **RESUMO**

No segundo semestre de 2022, o Observatório de Políticas Públicas, Entidade de Extensão da Universidade Federal de Lavras, em parceria com a Casa dos Conselhos de Lavras/MG, foi responsável por promover uma capacitação voltada aos Conselhos Gestores de Políticas Públicas do município, poder público e sociedade civil interessada. Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os impactos da atuação do OPP/UFLA para o fortalecimento da participação social em nível local e explorar como suas práticas interdisciplinares tem contribuído com a formação de conselheiros e, portanto, com a melhoria da participação. Para tanto, utilizou-se embasamento teórico a partir de pesquisa bibliográfica, trazendo importantes discussões sobre o histórico da participação social no Brasil, além de abordagens de políticas públicas, abordagem argumentativa crítica e o conceito de multiatorialidade. A pesquisa possui caráter qualitativo e foi executada através de análise descritiva, mediante observação participante, servindo-se de dados coletados a partir de formulários aplicados aos múltiplos atores envolvidos na capacitação e, posteriormente, análise interpretativa crítica das discussões e resultados obtidos, em conjunto com as pesquisas bibliográficas. Constatou-se que parte dos desafios enfrentados pelos conselheiros estão ligados à falta de compreensão a respeito de suas funções e limites de sua interferência em ações do governo municipal, o que afeta, conseqüentemente, a qualidade de sua participação.

**Palavras-chave:** Participação social. conselhos gestores de políticas públicas. entidade de extensão.

## **ABSTRACT**

In the second semester of 2022, the Observatory of Public Policies, an Extension Entity of the Federal University of Lavras, in partnership with the House of Councils of Lavras/MG, was responsible for promoting a training aimed at the Management Councils of Public Policies of the municipality, public power and interested civil society. This work aims to describe and analyze the impacts of the work of OPP/UFLA for the strengthening of social participation at the local level and to explore how its interdisciplinary practices have contributed to the training of councilors and, therefore, to the improvement of participation. To this end, we used a bibliographical research based on the theory of social participation in Brazil, including important discussions about the history of social participation, public policy approaches, a critical argumentative approach and the concept of multiactoriality. The research is qualitative in nature and was carried out through descriptive analysis, through participant observation, using data collected from forms applied to the multiple actors involved in the training and critical interpretative analysis of the discussions and results obtained, in conjunction with the bibliographic research. It was found that part of the challenges faced by councilors are related to the lack of understanding about their functions and the limits of their interference in municipal government actions, which consequently affects the quality of their participation.

**Keywords:** Social participation. public policy management councils. extension entity.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....                                                        | 7  |
| <b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....                                               | 9  |
| 2. 1 Participação social no Brasil.....                                           | 9  |
| 2. 2 Conselhos Gestores de Políticas Públicas.....                                | 11 |
| 2.3 Abordagens de Políticas Públicas.....                                         | 14 |
| 2.4 Multiatorialidade e a Mirada ao Revés.....                                    | 16 |
| 2.5 Abordagem argumentativa crítica.....                                          | 17 |
| <b>3. ABORDAGEM METODOLÓGICA</b> .....                                            | 18 |
| 3. 1 Caracterização do município.....                                             | 20 |
| 3.2 Curso de capacitação – OPP/UFLA.....                                          | 21 |
| <b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....                                           | 23 |
| 4.1 Caracterização social dos participantes.....                                  | 23 |
| 4.2 – Descrição dos encontros.....                                                | 30 |
| 4.2.1 Oficina poder, política e democracia.....                                   | 31 |
| 4.2.2 Oficina direito, cidadania e políticas públicas.....                        | 36 |
| 4.2.3 Oficina espaços participativos, controle social e garantia de direitos..... | 39 |
| 4.3 Análise crítica interpretativa dos encontros e discussões.....                | 40 |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                              | 47 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                  | 50 |
| Apêndice.....                                                                     | 53 |



## 1. INTRODUÇÃO

As práticas de inclusão da sociedade civil nos processos decisórios de políticas públicas definem a participação social, que no Brasil emerge em meio ao contexto de lutas pela redemocratização do país. Como resultado pela busca por participação, nos últimos anos houve um aumento expressivo de conselhos gestores de políticas públicas em todo o Brasil, o qual trouxe consigo uma diversificação temática ou de áreas de políticas. A expansão dos conselhos como modelo preferencial para institucionalização da participação acarretou em multiplicação das áreas em que foram implementados, somados a uma considerável variação quanto à sua inserção institucional no correspondente setor de políticas. Nesse sentido, conselhos fracamente integrados ao seu setor, possuem maior dificuldade de obter efeitos práticos para suas decisões (LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016).

Diante desse contexto, com vistas a contribuir com a formação política de atores sociais engajados em ações coletivas e sociais, além de contribuir com a formação de conselheiros, de forma a aprimorar a sua atuação nos respectivos conselhos, o Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras (OPP/UFLA), Minas Gerais, Entidade de Extensão criada em 2016, vinculada ao Departamento de Administração Pública (DAP), atua em diferentes projetos ligados a políticas públicas, controle social e participação social.

Buscando fortalecer a participação social por meio de conselhos gestores de políticas públicas e colaborar com a construção de uma sociedade plural e democrática, no segundo semestre de 2022 o Observatório de Políticas Públicas foi responsável por ofertar um curso de capacitação aos Conselhos Gestores de Políticas Públicas de Lavras-MG.

De acordo com Lavalle, Voigt e Serafim (2016), a produção decisória diz respeito à capacidade dos conselhos para incidir em políticas públicas, nesse sentido emitir resoluções não equivale à sua realização e sem decisões orientadas para a definição, fiscalização ou gestão da política, não é plausível esperar efetividade. Por conseguinte, este trabalho busca responder a seguinte questão: **por que é importante uma capacitação de conselheiros para a garantia de uma participação de qualidade?** Assim, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os impactos da atuação de uma entidade de extensão para o fortalecimento da participação social em nível local e

explorar como as práticas interdisciplinares de ensino e extensão desenvolvidas em seu interior tem contribuído com a formação de conselheiros e, portanto, com a melhoria da participação.

Em face do exposto, o Observatório de Políticas Públicas será interpretado a partir do modelo de análise de políticas públicas denominado “Coalizões de Defesa” segundo Sabatier e Jenkins-Smith (1993), espaço em que são desenvolvidas ações coordenadas a fim de influenciar nos processos decisórios, a partir do compartilhamento de valores, ideias e crenças. Nesta conjuntura, a coalizão é compreendida por uma rede de multiatorialidade, noção que busca superar a dimensão do Estado enquanto locus único da ação em políticas públicas, promovendo uma articulação entre diferentes atores para inferir em determinada política (BOULLOSA, 2019). A pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva pós-positivista (FISCHER, 2016), por se tratar de uma perspectiva argumentativa e democratizante, isto é, não se tratam de atores tomando decisões alheios ao seu meio, mas indivíduos carregados da cultura de onde vivem.

Os métodos utilizados compuseram-se, de maneira inicial, na análise dos dados coletados a partir das inscrições, impressões e avaliações dos múltiplos atores envolvidos na capacitação, sendo eles: conselheiros do município de Lavras, membros do Observatório e demais participantes do curso. Subsequentemente, foram analisados os formulários aplicados aos participantes das oficinas, com vistas a compreender o impacto da ação das atividades de extensão na promoção do engajamento e melhoria na participação dos conselheiros.

A pesquisa foi feita a partir de uma análise crítica interpretativa dos dados coletados, que segundo Fischer (2016), busca discernir o que os atores sociais pensam que estão fazendo quando o fazem, e os propósitos subjacentes a essas atividades. Ou seja, a análise busca entender como esses atores fazem sentido das coisas. Segundo o autor, é preciso que o pesquisador entre na situação e identifique a “lógica da situação”. Isto envolve mais do que apenas perguntar aos atores o que eles pensam que estão fazendo, pois nem sempre sabem o que estão fazendo, ou não estão dispostos a nos dizer o que estão realmente fazendo, especialmente no mundo político. Assim, é preciso que o pesquisador reúna uma série de dados subjetivos e objetivos a fim de julgar as declarações e ações dos atores antes de construir uma interpretação. Diante disso, a pesquisa foi executada através de análise descritiva mediante observação participante da autora e possui caráter qualitativo, somado a um embasamento teórico a partir de pesquisa bibliográfica.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados conceitos e discussões gerais sobre o histórico da participação social no Brasil, bem como sua definição e origem da formação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Ademais, serão apresentadas importantes concepções a respeito dos estudos de análise de políticas públicas com enfoque nas coalizões de defesa. Não obstante, serão discutidas ideias a respeito da multiatorialidade e a abordagem brasileira em estudos críticos em políticas públicas denominada *Mirada ao Revés*.

### 2.1 Participação social no Brasil

A participação social, também conhecida como participação dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre outros, é usada para definir a prática de inclusão da sociedade e das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nos processos decisórios de diferentes políticas públicas (MILANI, 2008). Fomentar a participação dos diferentes atores sociais é também fortalecer a democracia e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas.

Sabe-se que no Brasil a urgência pela ampliação da participação da sociedade civil em processos decisórios emergiu a partir das lutas pela redemocratização, após anos de regime militar. Isto é, a participação é reivindicação histórica de alguns movimentos sociais, por exemplo os relacionados à pauta dos trabalhadores rurais sem-terra, à gestão de políticas urbanas ou à educação popular. Assim os anos 1990 corresponderam à institucionalização da consulta da população em geral, de associações, sindicatos, experts e de segmentos empresariais no processo de formulação de projetos de desenvolvimento e de políticas públicas (MILANI, 2008). A partir desse contexto, a sociedade civil tem sido chamada a participar de diferentes espaços de deliberação e gestão das políticas, através de diferentes modelos institucionais. Assim, por meio da ativação da mobilização e poder das classes populares, houve um aumento de demandas por uma democracia para todos. À vista disso, a ideia era provocar mudanças por meio da participação, de modo a tornar as ações do Estado mais transparentes e responsáveis. Para além da democratização do Estado em si, as expectativas estavam relacionadas ao fortalecimento na promoção da cidadania (TATAGIBA, 2010).

Os primeiros modelos de reforma do Estado no Brasil no início dos anos 1990 foram responsáveis por banalizar o conceito de uma participação social ligada à prestação mais eficiente de bens públicos, principalmente em âmbito local. A ênfase à necessidade

de considerar a participação dos cidadãos nos processos de formulação e gestão das políticas públicas locais tornou-se uma resposta possível à crise do bem-estar e à necessidade de rever as relações entre o governo e a sociedade na definição de estratégias de desenvolvimento local. Já o segundo modelo de reforma da administração pública, esteve intimamente relacionado a uma reforma democrática do Estado, embasado na necessidade de estimular a participação dos diferentes atores, governamentais e não-governamentais, dando ênfase à participação dos cidadãos na definição das condições de sua organização e associação. Este modelo está pautado na democracia deliberativa, visto que o Estado perde monopólio de produção e proteção do bem público, porque surge com força a ideia do público não-estatal deslocando interesses e papéis para a sociedade civil (MILANI, 2008)

Dado o exposto, na deliberação democrática o mundo das instituições políticas se abre aos atores da sociedade civil com o intuito de compartilhar a responsabilidade da decisão política e construir consensos sobre os conteúdos da política pública local. Assim, é preciso que as discussões sejam precedidas de implementação das decisões, de modo que o governar localmente conceba políticas efetivas de descentralização de meios e recursos, fundamental na construção de institucionalidade participativa. Isso porque a participação social tem, nesse caso, o sentido de apelo e convocação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil para compartilhar a decisão em matéria de políticas públicas locais (MILANI, 2008).

A respeito da descentralização das decisões políticas, Silva (2011) traz o conceito de accountability enquanto uma forma de atribuição de responsabilidade por ações realizadas e sua respectiva prestação de contas, sendo este um instrumento eficiente para aprimorar os serviços públicos e desenvolver a capacidade do Estado em responder as demandas dos cidadãos. Portanto, uma das formas de accountability, ou responsabilização é conhecida como “Responsabilização por meio de controle social”, que segundo (SMULOVITZ; PERUZZOTI, 2000; GRAU, 2000) pode ser feita por cidadãos e organizações civis que controlam as ações dos agentes públicos na formulação e implantação das políticas públicas. Em suma, a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil pode significar um controle da qualidade dos serviços prestados pelo Estado, aumentando a qualidade dos resultados obtidos e incrementando a efetividade dos serviços sociais, ao tornar os gastos públicos mais eficientes. Nessa perspectiva, adotar mecanismos de controle social como forma de accountability fortalece o espaço público e estimula o engajamento cívico da sociedade ampliando a qualidade

dos canais de participação da sociedade civil na esfera pública (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 2006, p. 47 *apud* SILVA, 2011, p. 144).

## 2. 2 Conselhos Gestores de Políticas Públicas

A origem dos conselhos está intimamente relacionada à luta e organização de movimentos sociais, associada à ideia dos conselhos populares, ademais outra origem importante são as comissões de fábrica, alternativa ao sindicalismo oficial do final da década de 70, que procurou construir um novo jeito de fazer política. De início, os conselhos populares contavam apenas com representantes da sociedade civil, posteriormente representantes do governo passaram a compor os conselhos. Outro marco importante que tornou possível outras formas de participação mais direta da população foi a determinação da Constituição Federal de 1988, que discorre sobre o poder emanado do povo, exercido por meio de representantes eleitos ou de forma direta. Após a Constituição, diversos conselhos surgem, dentre eles alguns tornaram-se obrigatórios por lei federal, nos vários níveis: federal, estadual e municipal. Visto que diversos conselhos foram ligados a um fundo específico para o funcionamento de determinada política, e a legislação de cada conselho determina que ele ou uma comissão dele fiscalize o fundo especial (TEIXEIRA, 2005).

Muitos movimentos sociais brasileiros apostaram em uma estratégia de transformação do social por meio de luta “por dentro do Estado”, o que foi responsável por gerar reconhecimento de novos direitos de cidadania e revisão do papel do próprio Estado, resultando em diferentes mecanismos de participação direta e semidireta instituídos pela Constituição Federal de 1988, complementando a democracia representativa. À vista disso, uma das expressões mais evidentes do processo de inovação no campo da participação popular foram os conselhos gestores de políticas públicas. Os conselhos estão entre as principais inovações institucionais que acompanham e particularizam o processo de redemocratização no Brasil, por isso, em sua dinâmica atual são espelhos pelos quais se podem ler registros das dimensões contraditórias de que se revestem as experiências democráticas recentes (TATAGIBA, 2010). Segundo Lavalley, Guicheney e Vello (2021) ao longo das últimas três décadas, os conselhos gestores de políticas públicas encarnaram institucionalmente aquilo que, na Constituição de 1988, eram disposições abstratas, introduzindo o princípio da participação em determinados setores de política (também chamada gestão pública participativa).

Outros fatores também influenciam na criação de conselhos, como as demandas específicas de determinada localidade, reivindicação popular, projeto de lei por iniciativa de vereadores ou até mesmo iniciativa do poder Executivo. Isso ocorre em virtude de conselhos que não têm obrigatoriedade de existir por meio de leis federais, assim são criados de acordo com as necessidades de cada município ou Estado. Nessa lógica, alguns conselhos são gestores de programas específicos, como, por exemplo, o da Merenda Escolar e o do Ensino Fundamental. Há, ainda, os conselhos que são formados para implementar políticas públicas num sentido mais amplo, como o da Saúde e da Educação, já outros são setoriais, intimamente ligados a grupos específicos da sociedade, como o Conselho da Mulher e o Conselho do Negro. Esses conselhos são organizados por partes da sociedade e, para serem efetivos, terão que lidar com várias políticas públicas, isto é, eles não estão ligados a uma política pública específica, mas atravessam, ou deveriam, todas as políticas públicas, sendo assim sua atuação é transversal (TEIXEIRA, 2005).

De acordo com Vick e Lavallo (2020), o crescimento do conjunto de inovações democráticas, especialmente de conselhos gestores e conferências nacionais, tornou-se parte da estrutura institucional do funcionamento de diversas políticas públicas e trouxe consigo diversificação temática ou de áreas de políticas, alargando a variação de sua eventual efetividade (Lavallo, Voigt, Serafim 2016). Se a ampliação do número de conselhos tivesse se atido às áreas consideradas estratégicas pela Constituição, as características de sua inserção institucional no respectivo setor ou área de políticas guardariam certa semelhança: inscrição em sistemas de políticas, funções de gestão e de controle associadas ao funcionamento regular do sistema, disposição de fundos e elevado grau de institucionalização. Contudo, a expansão dos conselhos como modelo preferencial para institucionalizar a participação acarretou não apenas a multiplicação das áreas em que foram implementados, como por exemplo as áreas de transporte, desenvolvimento urbano, terceira idade, turismo, gênero, raça, entre outras, mas também uma variação significativa quanto à sua inserção institucional no correspondente setor de políticas (LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016).

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) mostram que existiam, em 2014, mais de 62.000 conselhos no Brasil inscritos em 25 áreas e subáreas de políticas, a expansão desses conselhos foi vertiginosa. A grande motivadora deste salto foi a indução federal responsável por condicionar o repasse de recursos a organizações da sociedade civil, executoras da política em nível municipal, ao seu registro no conselho (LAVALLE, GUICHENEY, VELLO, 2021). Nesse sentido, Cortês (2010) afirma que a

existência de conselhos em grande parte dos municípios e estados, e de conselhos nacionais funcionando regularmente em diversas áreas, indica a existência de uma regra, isto é, tais regras ou instituições, formais ou impostas, instituídas através de legislação, compelem atores individuais e coletivos a agir de acordo com o que elas estabelecem. No entanto, as regras não fazem com que haja participação de fato, mas induzem a que ela se realize, o que ocorre principalmente através dos conselhos.

“Rodrigues (2017) mostra que a própria lei que induziu a expansão dos conselhos, impulsionando sua presença em aproximadamente 60% dos municípios, solapou sua observância ao autorizar o conselho gestor do fundo de habitação a dispensar a implantação dos conselhos municipais, em função de características territoriais, econômicas, sociais e/ou demográficas locais. Dessa forma, a expansão deste segundo grupo é suficientemente ampla para decorrer da iniciativa descoordenada dos governos municipais, mas os mecanismos de indução federal foram incapazes de estimular a universalização” (LAVALLE, GUICHENEY, VELLO, 2021, p.4).

Logo, constata-se que há uma formação de regras “operacionais” que conformam o que seriam os “conselhos típicos” de cada área de política pública. O que pode ser aferido pela ótica de diversas análises, seja através de suas relações com os governos, composição, sobre o que deliberam e seu modo de funcionamento (CORTÊS, 2010) ou uma análise de estratégia que foca na produção decisória dos conselhos (outputs) e não seus efeitos sobre as políticas (outcomes) (LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016). A segunda análise permite diagnosticar o que os conselhos estão de fato fazendo e quando o fazem; isto é, que decisões tomam e em que momento de seu ciclo de vida o fazem. A produção decisória é aquela que diz respeito à capacidade dos conselhos para incidir em políticas públicas, ou seja, é uma condição necessária, embora, é claro, não suficiente para realizar tal incidência. Quando aferida, a produção decisória dos conselhos revela padrões empíricos consistentes, que eventualmente animarão a elaboração de hipóteses informadas por conhecimento mais aprofundado acerca da variação na qualidade do trabalho dos conselhos (LAVALLE, VOIGT e SERAFIM, 2016).

Observe-se ainda que os conselhos não se restringem à arena política de seu setor, os conselheiros podem buscar apoio de atores externos para atingir seus objetivos, isto é, estão aptos a buscar aliados na arena política de sua área para aprovar ou barrar certa decisão. Ou seja, a ação dos conselheiros pode extrapolar o território dos conselhos, uma vez que os próprios conselhos agem sobre o contexto político. Nem eles, nem seus participantes estão isolados, pois também agem em outras arenas políticas e interagem

com outros atores, assim cada conselho pode ser visto como um ator que busca influenciar outros atores individuais ou coletivos (CÔRTEZ, 2010).

### 2.3 Abordagens de Políticas Públicas

De acordo com Silva (2012), a definição de repertórios de confronto político remete à ideia de limite: trata-se de um conjunto limitado de formas à disposição dos atores coletivos na escolha da forma de ação. Tal dinâmica, apesar da novidade dos objetivos dos movimentos sociais e da ousadia das reivindicações em relação ao status quo, é explicada pelo processo de aprendizagem e pela necessidade de comunicação efetiva. Por conseguinte, dado o contexto histórico do final do século XX no Brasil, este pode ser descrito mediante repertórios de confronto político com fortes variações.

Ainda, a autora traz o conceito de “repertório de cooperação conflituosa” segundo Guigni e Passy (1998), incorporando a cooperação como condição possível das relações entre os movimentos e o Estado. O Estado moderno teria perdido a capacidade de “pilotar” a sociedade, à medida em que se tornou demasiadamente complexa. Assim, os atores da sociedade civil passaram a desempenhar um papel importante no processo da regulação, que não consiste apenas em confrontos. Pelo contrário, há cooperação na medida em que os movimentos, em busca de resultados efetivos, batem na porta do Estado e o Estado também os procura, especialmente em função da falta de conhecimento e informação para resolver os problemas (SILVA, 2012).

Nesse ínterim, para corroborar com essa discussão é válido trazer algumas abordagens de políticas públicas, principalmente àquelas que contestaram a importância do processo de decisão como momento chave para a explicação das políticas públicas, e trouxeram novos aportes teóricos e analíticos para a interpretação de suas outras etapas. a primeira delas é a análise segundo Kingdon (1995), que trabalhou essencialmente com os processos que influenciam a formação da agenda. O autor busca entender a política pública, suas permanências e mudanças, além de analisar as ações dos atores que influenciam a formação da agenda e a especificação das alternativas, assim seu objetivo principal consiste em analisar de que forma, a partir de um amplo universo de problemas e alternativas, se origina uma lista delimitada e restrita à qual as pessoas relevantes de dentro e de fora do Estado dispensam uma atenção especial, isto é, como se formula a agenda de determinada política pública e como é escolhida a alternativa que será objeto de decisão política (SILVA, 2012).



Um dos elementos analíticos proposto por Kingdon, consiste em um conjunto composto pelos participantes e atores relevantes num dado setor de política pública, divididos entre: aqueles “de dentro do governo” e os “de fora”, nesse sentido a autora afirma que a influência de cada um varia dependendo da etapa da política e das condições do contexto, “Kingdon (1995) mostra que os atores que pertencem à comunidade de especialistas, como os acadêmicos, pesquisadores e consultores, ocupam posição importante, mas a análise de sua atuação é restrita às atividades de consultoria e à circulação nos importantes cargos no governo” (SILVA, 2012, p. 73).

Outra abordagem de suma importância é a denominada “Coalizões de Defesa” segundo Sabatier e Jenkins-Smith (1993), espaço em que são desenvolvidas ações coordenadas a fim de influenciar nos processos decisórios, a partir do compartilhamento de valores, ideias e crenças. Conceito também explicado por Sabatier e Weible (2007), que supera a dicotomia simplista entre Sociedade e Estado, haja vista que agrupa analiticamente atores envolvidos numa dada política em torno das crenças das quais são portadores e não pelas posições que ocupam no Estado, na sociedade civil organizada ou no mercado. Sob essa conjuntura, agregá-los em coalizões é a melhor forma de lidar com a multiplicidade dos atores presentes em determinada política setorial. Em síntese, essa abordagem acopla a proposição sobre os desencadeadores de mudanças, sendo eles: choques externos, internos e negociações. Dessa forma, “As coalizões de defesa, ou seja, os conjuntos de atores organizados por uma crença compartilhada, aproveitam essas estruturas para agir” (SILVA, 2012, p. 75).

Sob essa conjuntura, Silva (2012) apresenta discussões sobre a abordagem da coalizão de defesa que traz em sua análise a estrutura de três níveis de crenças, que fornece elementos para a construção de coalizões. O primeiro nível é denominado “núcleo duro de crenças fundamentais”, composto por produtos da socialização na infância e, de acordo com Sabatier e Weible (2007), são crenças muito difíceis de mudança. O segundo nível são as “crenças ligadas à política setorial”, destacadas as preferências por políticas públicas, tais preferências constituem o conteúdo que mantém a coalizão unida. Por fim, o terceiro conjunto são as “crenças secundárias”, ligadas às partes menores do sistema de política, como as causas de um problema em certa localidade, aplicação do orçamento num programa específico. “A existência dos elementos comuns de crenças entre os atores não implica a formação de uma coalizão, porque, para que isso ocorra, é preciso que eles se coordenem, isto é, que trabalhem juntos para atingir objetivos semelhantes” (SABATIER; WEIBLE, 2007: 196 *apud* SILVA, 2012, p. 75).

## 2.4 Multiatorialidade e a Mirada ao Revés

Ainda sobre o campo das políticas públicas, Boullosa *et al* (2021) o define como um lugar no qual se geram as disputas simbólicas e os atores neles envolvidos exteriorizam suas escolhas e definem suas estratégias de interação, cooperação, sabotagem e cooptação, local em que se evidencia tensões e contradições que também caracterizam essas arenas. No que diz respeito à articulação entre os atores, Boullosa (2019) traz o conceito de multiatorialidade, sendo este compreendido como a atorização da articulação entre os atores em tais fluxos, ativadas por dinâmicas relacionais de complexidade, incerteza e posicionalidade. Trata-se, assim, de um construto interpretativo sociocêntrico que busca superar a dimensão estadocêntrica do ator individual como locus único da ação em políticas públicas, “A política é pública porque o ator é público” (*apud* BOULLOSA, 2019: 97). Assim, a desativação da multiatorialidade produz um círculo vicioso com a perda de público, no sentido mais democrático possível deste termo (BOULLOSA, 2020).

Nessa acepção, considera a importante passagem para a reificação do conceito de ator como um ator em contexto, o qual ainda é considerado como locus primordial da ação em políticas públicas, para então chegar à reificação do ator como um ator em interação contextual. Com esta última passagem, emerge um caminho consistente para abordagens que se debruçam sobre a articulação entre atores e não sobre os atores em si. A multiatorialidade percorre este caminho, mas atribuindo também a natureza de ator a tal articulação. Em outras palavras, por meio da multiatorialidade, a mirada ao revés atoriza a articulação entre atores. (BOULLOSA, 2019).

Outrossim, a desativação da multiatorialidade ocorre com o afastamento dos atores mediante os problemas públicos, visto que são os atores responsáveis em dar suporte às arenas discursivas e deliberativas nas sociedades democráticas. Por outro lado, a multiatorialidade interessada tanto na definição de problemas públicos, suas alternativas de solução e preservação do bem público, são responsáveis por ativar fluxos de argumentos, instrumentos e práticas, interpretadas pela abordagem brasileira denominada Mirada ao Revés (BOULLOSA, 2013). “Instrumentos, práticas e argumentos são, portanto, materiais de ação de um conjunto impreciso de atores que entram e saem conformando tais fluxos, que modelam e são modelos por quadros de valores que lhes subjazem” (BOULLOSA, 2019, p. 92). Nesse sentido, a multiatorialidade está em contínua transformação, uma vez que se constrói no próprio fluxo, como êxito de

diferentes práticas de uso, ativadas por diferentes grupos, os quais, ao consolidar suas gramáticas, vão se tornando público em tais e de tais fluxos. (BOULLOSA, 2019).

A compreensão das políticas públicas como fluxos multiatoriais permite a abertura de uma importante discussão para o lócus de produção e reprodução de conhecimento em políticas públicas, que permite a superação da relação de subalternidade com as formas clássicas de produção de conhecimento. Assim, a Mirada ao Revés também propõe uma nova mirada, desta vez ao contrário, sobre a relação centro-periferia na produção e difusão do conhecimento, de modo a compreender os múltiplos olhares envolvidos na política pública. O que nos leva a repensar a nossa produção de conhecimento em teoria de políticas públicas como para além da pesquisa aplicada, aproximando-se de uma noção de pesquisa implicada, que é exatamente aquela pesquisa implicada na transformação social a partir da própria sociedade, explorando um caminho sociocêntrico para o estudo das políticas públicas (BOULLOSA, 2019).

## 2.5 Abordagem argumentativa crítica

Para que seja feita uma aproximação entre cidadãos e especialistas, de modo a diminuir a divisão entre estes e aumentar sua interação, a abordagem argumentativa crítica segundo Fischer *et al* (2015) propõe uma análise mais direta das práticas científicas. Segundo os autores, a orientação crítica pós-positivista reconhece que o processo de pesquisa e seus resultados são infundidos com significados sociais, muitas vezes na forma de pressupostos sociais e políticos, interpretados por diversos atores, por exemplo, comunidades de especialistas, grupos sociais ou público em geral. Esses significados e pressupostos têm implicações importantes para a tomada de decisões políticas.

À vista disso, as experiências participativas deixam claro que os cidadãos são capazes de se engajar em tais processos deliberativos. No entanto, diversas questões permanecem sobre a extensão da participação, bem como quando e onde ela é apropriada ou necessária. Epistêmicas de políticas enfocam, entre outras coisas, sobre as formas como as pessoas se comunicam por meio das diferenças, o fluxo e a transformação de ideias através das fronteiras de diferentes campos, como diferentes grupos profissionais e comunidades locais vêm e perguntam de maneira diferente, e as maneiras pelas quais suas diferenças se tornam disputas (FISCHER, 2009). Aqui os processos de argumentação são o meio através do qual especialistas, cidadãos e formuladores de políticas se engajam mutuamente (FISCHER *et al*, 2015).

Logo, a análise interpretativa (FISCHER, 2016) busca descobrir ou discernir o que os atores sociais pensam ou acreditam que estão fazendo quando o fazem, e os propósitos e motivos subjacentes a essas atividades. Ou seja, procura entender como esses atores fazem sentido das coisas, levando em conta o contexto em que estão inseridos e a cultura que carregam. Assim, enquanto a análise de política convencional normalmente se concentra na análise estatística e puramente objetiva, a análise crítica interpretativa de política é uma deliberação reflexiva. Ser reflexivo significa não apenas focalizar os problemas e as decisões destinadas a lidar com eles, mas também examinar as suposições normativas sobre as quais eles se baseiam. Para este fim, o objetivo de análise crítica é explorar e estabelecer toda a gama de componentes que o fio condutor da argumentação une (FISCHER, 2016).

### 3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

As experiências participativas deixam claro que os cidadãos são capazes de se engajar em processos deliberativos. No entanto, numerosas questões permanecem sobre a extensão da participação, bem como quando e onde ela é apropriada ou necessária (FISCHER, 2015). De acordo com Lavallo, Voigt e Serafim (2016), a produção decisória diz respeito à capacidade dos conselhos para incidir em políticas públicas, isto é, emitir resoluções não equivale à sua realização e sem decisões orientadas para a definição, fiscalização ou gestão da política, não é plausível esperar efetividade. Por conseguinte, este trabalho busca responder a seguinte questão: **por que é importante uma capacitação de conselheiros para a garantia de uma participação de qualidade?** Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar os impactos da atuação de uma entidade de extensão para o fortalecimento da participação social em nível local e explorar como as práticas interdisciplinares de ensino e extensão desenvolvidas em seu interior têm contribuído com a formação de conselheiros e, portanto, com a melhoria da participação.

Para tanto, é válido trazer as possibilidades da etnografia, que consiste em uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, isto é, comunidades ou sociedades. Para Geertz (1989), a prática da etnografia não consiste em apenas uma descrição da realidade, mas uma descrição densa que se preocupa com a captação dos sentidos construídos socialmente. Trata-se de uma descrição de determinada realidade cultural realizada de forma interpretativa.

Este trabalho pode ser classificado como pesquisa-ação, que se trata de um tipo de pesquisa participante engajada que se opõe à pesquisa tradicional, uma vez que busca

unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, procura desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. Sendo assim, a pesquisa-ação se trata de uma forma de fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta. (ENGEL, 2000).

Dado o exposto, foi feita uma descrição densa dos encontros realizados nos dias 23 de julho, 06 e 27 e agosto de 2022, mediante observação participante da autora, que segundo Angrosino (2009), pode ser definida como um modo de pesquisa que coloca o pesquisador no meio da comunidade em que está estudando, de acordo com os antropólogos Malinoski e Boas. A pesquisa de campo etnográfica, na tradição interacionista, busca desvelar os significados que os atores sociais atribuem às suas ações, isto é, há um delineamento mais subjetivo sobre como as pessoas entendem aquilo que fazem. Sendo assim, o pesquisador precisa fazer uma imersão no mundo dos seus sujeitos, não podendo ser um observador neutro das atividades e sim se tornar um deles (ANGROSINO, 2009).

Propõe-se uma inspiração no conceito da abordagem argumentativa crítica segundo Fischer (2015), que se orienta por uma minimização da divisão entre cidadãos e especialistas, trazendo uma interação mais próxima uns com os outros. A pesquisa se serviu de dados coletados a partir de formulários aplicados aos participantes do curso de capacitação aos conselhos gestores de políticas públicas de Lavras-MG, sendo: formulário de caracterização pessoal, aplicado no início dos encontros, formulário de avaliação dos participantes e formulário de avaliação da equipe executora, aplicados ao final de cada oficina, com vistas a compreender o impacto da ação das atividades de extensão na promoção do engajamento e melhoria na participação dos conselheiros. Os formulários foram aplicados de forma presencial nos encontros, disponibilizados em folha de papel para que cada participante fizesse o preenchimento de forma individual, posteriormente parte da equipe realizou a digitalização das respostas em formulários online do Google, para que ao final os resultados pudessem ser vistos em gráficos, que constam nesta pesquisa.

A pesquisa possui caráter qualitativo e foi executada a partir de uma análise crítica interpretativa (FISCHER, 2016) das discussões e resultados obtidos, em conjunto com pesquisas bibliográficas. Os dados obtidos a partir dos formulários tornaram possível a análise empírica da experiência do curso de capacitação, considerando as diferentes perspectivas dos atores envolvidos. Os processos de argumentação são o meio através do qual os conselheiros de Lavras, membros do Observatório e demais participantes do curso

se engajam mutuamente, uma vez que entende como necessária uma abordagem capaz de facilitar o tipo de discussão aberta como essencial para um contexto participativo (FISCHER, 2016). Por conseguinte, os módulos do curso ofertado pelo Observatório de Políticas Públicas podem ser compreendidos pelo que Fischer (2016) denomina como “facilitador” da aprendizagem pública e de empoderamento político, visto que ao invés de fornecer respostas técnicas destinadas a levar discussões políticas ao fim, sua tarefa é ajudar os cidadãos – no papel de conselheiros – em seus esforços para examinar seus próprios interesses e para tomar suas próprias decisões (*apud* FISCHER, 1990; CALDWELL, 1975).

### 3. 1 Caracterização do município

Lavras, Minas Gerais, trata-se de um município de médio porte, sua população estimada em 2020 era de 101.104 habitantes, sendo que 96,60% destes vivem na área urbana do município, segundo dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social da Fundação João Pinheiro. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,46 para 1.000 nascidos vivos e a densidade demográfica era de 163,26 [habitantes/km<sup>2</sup>] no ano de 2010.

Em relação à economia, o Produto Interno Bruto (PIB Per capita) em 2019 esteve estimado em 26.615,93 R\$, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2020 de 2,4 salários mínimos. A população ocupada em 2020 estava estimada em 26,6%, já o Índice de Gini da renda domiciliar per capita era de 0,5103 no ano de 2010 (IBGE, 2010).

No que diz respeito à participação social no município, a Lei Orgânica de Lavras datada em 1990 faz referência a criação de alguns conselhos, entre eles: Conselho Municipal de Política Agrícola, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Deficiente e do Idoso.

Neste momento Lavras conta com a Casa dos Conselhos, anteriormente denominada Sala dos Conselhos, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SMDSC). De acordo com o atual presidente, a Casa dos Conselhos tem como objetivo servir de referência para os diversos conselhos existentes na cidade, além de facilitar o acesso da população aos conselhos municipais, como também apoiar e contribuir com o trabalho dos conselheiros.

Atualmente os conselhos ligados a SMDSC são oito, sendo eles: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência

Social, Conselho Municipal dos Direito da Pessoa Idosa, Conselho Municipal de Política de Igualdade Racial, Conselho Municipal de Defesa das Pessoas com Deficiência, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal dos Diretos das Mulheres e o recém criado Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT+. Além destes, existem três conselhos também vinculados, passando por processo de reorganização, sendo: Conselho da Juventude, Conselho de Habitação e Conselho de Políticas sobre Drogas.

As reuniões na Casa dos Conselhos acontecem uma vez por mês, com datas definidas de acordo com a deliberação de cada conselho. As reuniões são convocadas por meio de ligações telefônicas e mensagens de texto. Ademais, as pautas de cada reunião são definidas pelos conselheiros e assim que definidas, a reunião é convocada. As reuniões são abertas ao público geral, sendo que todos têm direito a voz, mas somente os conselheiros possuem direito ao voto. De acordo com o presidente, a diretoria está em busca de um regimento interno, além disso possuem a intenção de integrar outros conselhos existentes no município, como: Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho de Esporte, entre outros.

### 3.2 Curso de capacitação – OPP/UFLA

O Observatório de Políticas Públicas é uma entidade de extensão registrada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Lavras, vinculado ao Departamento de Administração Pública (DAP). Ao passo em que articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, reunindo discentes e docentes de diferentes cursos, alunos de pós-graduação e membros da sociedade civil, tem estabelecido ao longo dos anos parcerias com o poder público municipal, por meio de capacitações, mobilizações e diagnósticos de políticas públicas locais.

Com o propósito de aproximar o campo acadêmico da comunidade local, o OPP integra participantes das áreas das Ciências Sociais, Administração Pública, Direito, Arquitetura e Urbanismo, etc, desenvolvendo pesquisas e ações de extensão que possibilitam a difusão do conhecimento construído na universidade, bem como promovendo a formação de estudantes baseada na vivência prática da gestão pública. O Observatório busca fortalecer ainda mais a sinergia entre os projetos, possibilitando a vivência dos seus membros em diversificadas atividades e intensificando as trocas de experiências e do conhecimento construído nesse processo.

Opta-se por privilegiar o nível municipal, tendo em vista a capacidade muitas vezes limitada de governos desta esfera para lidar com problemas públicos de maneira efetiva e bem fundamentada, promovendo uma aproximação e relações de cooperação entre universidade e setor público. Nessa lógica, espera-se, com isto, dar uma contribuição efetiva para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político da região onde a universidade se insere.

As parcerias entre o OPP e o governo municipal de Lavras acontecem desde os primeiros anos de existência do núcleo. Já foram realizadas inúmeras capacitações voltadas aos conselhos gestores, projetos envolvendo parcerias com a secretaria de assistência social, secretaria municipal de esporte, lazer, turismo e cultura, entre outras. Com vistas a fortalecer ainda mais esse histórico de parcerias, no segundo semestre de 2022 foram realizadas reuniões entre o OPP/UFLA e a Casa dos Conselhos de Lavras, para a oferta de cursos de capacitações voltados os conselheiros municipais e sociedade civil.

As oficinas foram organizadas em três módulos, envolvendo temáticas como democracia, direito e cidadania, e controle social, realizados na Casa da Cultura de Lavras. Os objetivos específicos do curso estiveram relacionados à promoção de debates sobre o conceito de políticas públicas, além de discussões sobre cidadania, democracia e participação social, com vistas a contribuir com a formação política de atores sociais engajados em ações coletivas e sociais e demais interessados; e principalmente colaborar com a formação de conselheiros, de forma a aprimorar a sua atuação nos respectivos conselhos.

Foi acordado inicialmente que o curso de formação a ser ofertado pelo Observatório seria realizado em três módulos e, a partir do terceiro módulo, de acordo com a adesão dos conselheiros, mais encontros seriam propostos de modo a ouvir e atender demandas e carências específicas de cada conselho. As Oficinas foram sugeridas com as seguintes temáticas:



**Quadro 1- Módulos curso de capacitação**

| <b>MÓDULO</b>                                                             | <b>CONTEÚDO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>01- Poder, política, democracia e três poderes</b>                     | Definições de poder, política e democracia; importância da política nas relações sociais e para a vida em sociedade; democracia e seus sentidos contemporâneos; regimes, sistema político e suas regras; formas de governo; República federativa: níveis de governo e suas competências; separação dos três poderes.                                                                           |
| <b>02- Direito e cidadania; Políticas Públicas</b>                        | Direitos civis, políticos e sociais; sentido histórico da expansão e do surgimento dos direitos; conquista e expansão da cidadania a partir da ação dos movimentos sociais; cidadania na Constituição de 1988; O ciclo de políticas públicas.                                                                                                                                                  |
| <b>03- Espaços Participativos; Controle social e garantia de direitos</b> | Surgimento histórico dos espaços participativos; participação social e garantia de direitos; formas de exercício da participação social; institucionalização da participação; funcionamento prático dos conselhos gestores (regimentos internos e estatutos); Conceito de controle social; importância do controle social para a garantia de direitos; formas de exercício do controle social. |

Fonte: elaboração da autora

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta seção serão analisados os dados coletados durante a pesquisa, bem como os resultados e discussões levantadas a partir da aplicação dos formulários respondidos pelos participantes, através de uma análise interpretativa crítica segundo Fischer (2016), que busca examinar reflexivamente declarações e ações, além de investigar as normas e valores dos quadros teóricos relacionados.

Enquanto a análise de política convencional normalmente se concentra em uma análise estatística de elementos empíricos, o objetivo da análise crítica interpretativa de política consiste em uma deliberação reflexiva (FISCHER, 2016).

##### **4.1 Caracterização social dos participantes**

As oficinas aconteceram nos dias 23 de julho, 6 e 27 de agosto de 2022, na Casa da Cultura de Lavras/MG.

### Imagem 1: identidade visual do primeiro dia de evento

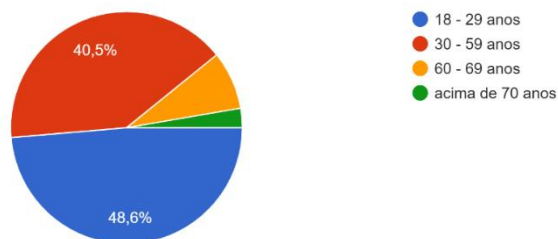


Fonte: equipe de comunicação OPP/UFLA

Os encontros contaram com a participação de cerca de 69 pessoas, entre membros do Observatório, conselheiros, representantes do poder público municipal e sociedade civil interessada.

### Gráfico 1- Idade dos participantes

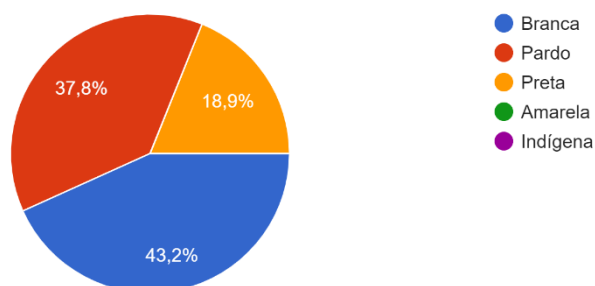
Idade  
37 respostas



Pode-se observar que a maioria dos presentes tinham entre 18 e 29 anos, isto é, 18 pessoas. Enquanto 15 tinham entre 33 e 59 anos, três pessoas entre 60 e 69 anos e apenas um participante com idade acima de 70 anos.

## Gráfico 2- Cor/Raça

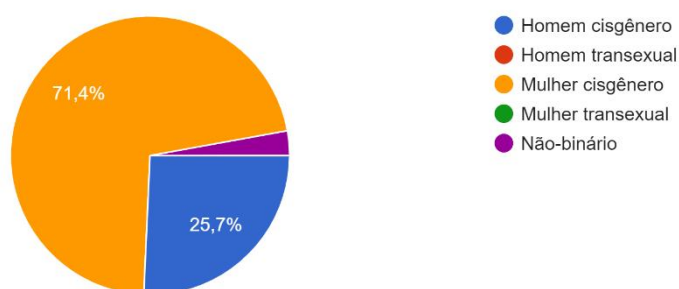
Cor/raça  
37 respostas



Ao analisar os dados do Gráfico 2, pode-se notar que 16 dos participantes se autodeclararam brancos, enquanto 14 se consideraram pardos e sete se autodeclararam de cor/raça preta.

## Gráfico 3- Identidade de Gênero

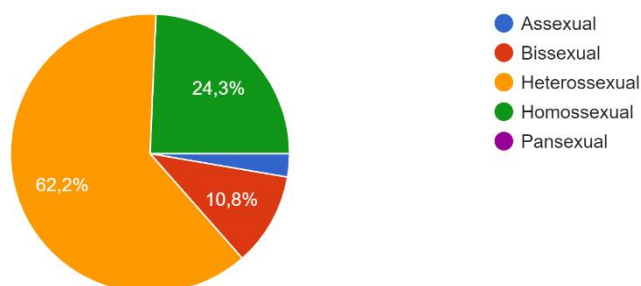
Identidade de Gênero  
35 respostas



71,4% ou 25 participantes eram mulheres cisgênero e nove homens cisgêneros, uma pessoa se autodeclara não-binária.

#### Gráfico 4- Orientação sexual

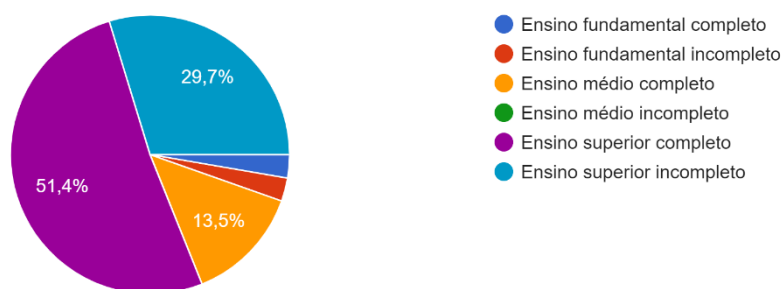
Orientação sexual  
37 respostas



23 participantes se declaram heterossexuais, nove homossexuais, quatro pessoas bissexual e uma assexual.

#### Gráfico 5- Escolaridade

Escolaridade  
37 respostas

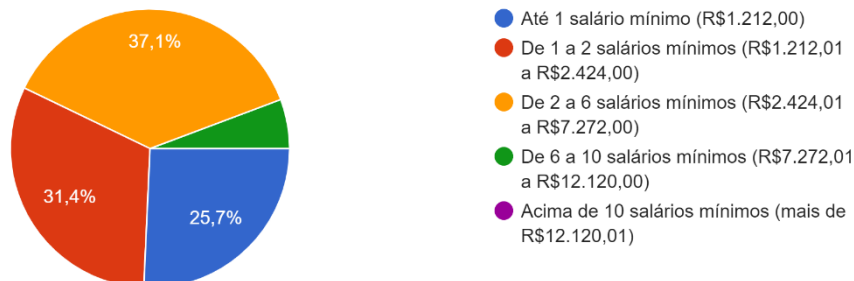


19 participantes possuem ensino superior completo, 11 com ensino superior incompleto, cinco participantes têm o ensino médio completo, um participante possui o ensino fundamental completo e um participante possui o ensino fundamental incompleto.

## Gráfico 6- Renda mensal

Renda mensal

35 respostas



13 participantes têm renda de dois a seis salários mínimos, 11 participantes possuem renda mensal de um a dois salários mínimos, nove pessoas possuem renda de até um salário mínimo e dois têm renda de seis a dez salários mínimos.

## Quadro 2- Ocupação profissional dos participantes

| OCUPAÇÃO PROFISSIONAL               | QUANTIDADE |
|-------------------------------------|------------|
| Administradora Pública              | 1          |
| Bolsista                            | 1          |
| Coordenador                         | 1          |
| Estagiária setor público            | 1          |
| Estudante                           | 10         |
| Professor                           | 3          |
| Assistente Social                   | 5          |
| Atendente comercial                 | 1          |
| Funcionária Pública                 | 1          |
| Professora aposentada               | 2          |
| Professora universitária            | 1          |
| Subsecretário de assistência social | 1          |
| Servidor público                    | 3          |
| Roteirista audiovisual              | 1          |
| Aposentado                          | 2          |

Fonte: elaboração da autora

A maioria dos participantes indicou ser estudante, durante a realização das oficinas pode-se perceber que muitos eram discentes de graduação ou pós graduação da Universidade Federal de Lavras. Apesar do curso ter sido voltado principalmente para conselheiros e divulgado pela Casa dos Conselhos, o fato do Observatório estar vinculado à UFLA e promover eventos com assuntos pertinentes aos alunos, pode justificar a grande quantidade de estudantes nas oficinas.

### Quadro 3- Quantidade de participantes por conselho

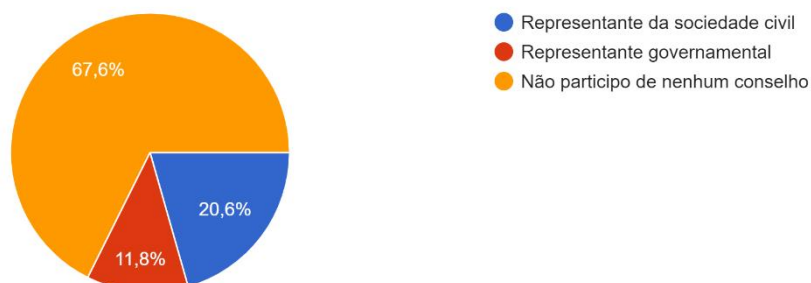
| CONSELHO                                                  | Nº DE PESSOAS |
|-----------------------------------------------------------|---------------|
| Conselho de Assistência Social                            | 1             |
| Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência | 2             |
| Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente         | 1             |
| Conselho dos Direitos das Mulheres                        | 2             |
| Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa                     | 3             |
| Conselho de Educação                                      | 0             |
| Conselho de Políticas de Igualdade Racial                 | 0             |
| Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural e Histórico   | 0             |
| Conselho de Saúde                                         | 1             |
| Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável | 1             |
| Não participo de nenhum conselho                          | 21            |
| Outros: Conselho Municipal de Política Cultural           | 2             |
| Outros: Em construção- Conselho LGBTQ+                    | 1             |
| Outros: Coordenação da Casa dos Conselhos                 | 1             |

Fonte: elaboração da autora

### Gráfico 7 – Cadeiras ocupadas no Conselho

Qual cadeira ocupa no Conselho?

34 respostas

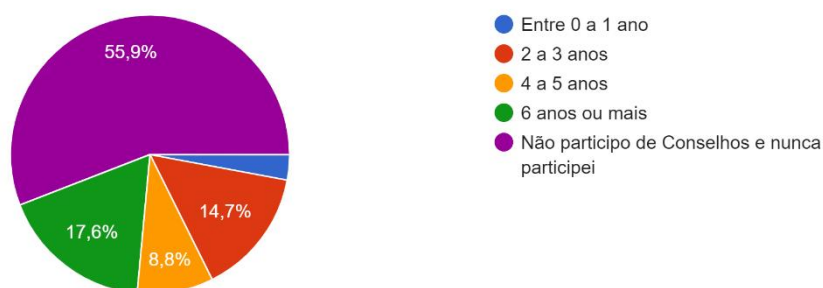


Em relação às cadeiras ocupadas no conselho, 23 pessoas não participam de nenhum conselho, sete participam como representantes da sociedade civil e quatro enquanto representantes governamentais.

### Gráfico 8 – Tempo de participação em conselhos

Participa ou já participou de conselhos? Some o tempo de experiência

34 respostas

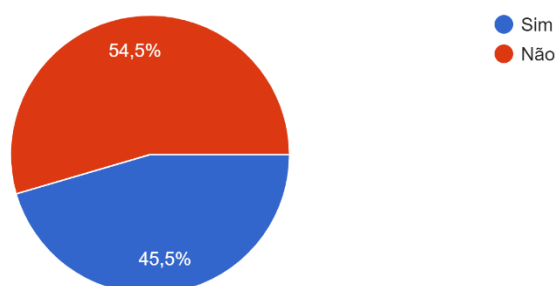


Em relação ao tempo de experiência nos conselhos, 19 pessoas não participam e nunca participaram de nenhum conselho, seis pessoas têm seis anos ou mais de experiência, três pessoas possuem de quatro a cinco anos de experiência, cinco pessoas de dois a três anos e uma pessoa entre zero a um ano de experiência. Foi possível observar, a partir de declarações dos participantes, que os mesmos que estão a muitos anos participando de conselhos, também participam de diversos outros espaços de participação, como partidos políticos, movimentos sociais e associações.

### Gráfico 9 – Vínculo com organizações da sociedade civil

Possui vínculo à organizações da sociedade civil, tais como cooperativas, associações, entidades, dentre outros?

33 respostas

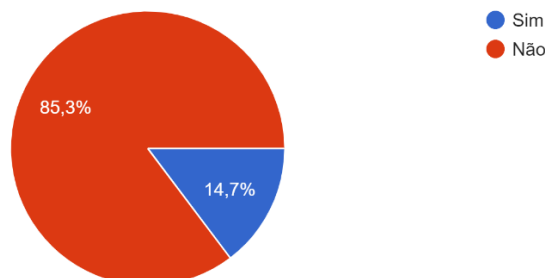


18 pessoas não possuem vínculo com organizações da sociedade civil e 15 possuem.

### Gráfico 10 – Filiação em partidos políticos

Possui filiação em partido político?

34 respostas



29 pessoas não possuem filiação em partidos políticos e cinco possuem. Della Porta (2003) afirma que quanto maior o grau de empenhamento de participação política, a quantidade de pessoas ativas se reduz, como votar, se interessar pela política, participar em atividades de partido, inscrever-se em partido político, preencher cargos públicos. Isto pode ser evidenciado a partir dos dados expostos, visto que no Quadro 3 e Gráficos 7, 8, 9 e 10 a respeito de participação em conselhos, partidos políticos, tempo de participação e vínculo com organizações da sociedade civil, a ampla maioria dos participantes não estava envolvida.

#### 4.2 – Descrição dos encontros



Nesta seção farei uma descrição densa de cada um dos encontros segundo Geertz (1989), buscando a captação dos sentidos construídos socialmente, ou seja, uma descrição da realidade feita de forma interpretativa, relatando as discussões e temáticas levantadas entre os diversos atores.

#### 4.2.1 Oficina poder, política e democracia

O encontro iniciou com as apresentações dos participantes: nome, ocupação profissional e a qual movimento estava vinculado. Pôde-se observar que quem participa de um conselho normalmente ocupa diversos outros espaços participativos, como movimentos sociais, associações e/ou partidos políticos.

Em seguida, teve início a “Dinâmica da ilha”, o propósito era observar como o grupo se organizaria para alcançar o objetivo final, que consistia em sair da “ilha” e chegar até a “terra” através do “mar”. Para isso todos foram convidados a ocupar um tapete, que simbolizava a ilha e chegar até o espaço próximo ao tapete, para isso precisariam passar pela “água” ao entorno, a forma como todos passariam era critério do grupo. Os participantes começaram a se organizar entre quem sabia e quem não sabia nadar. Uma das participantes saiu sozinha e chegou até a terra, já outro foi nadando e levou outra participante junto. “Quem sabe nadar traz um que não sabe”, “Nós não fizemos as contas de quem sabe e quem não sabe”, disseram alguns dos participantes.

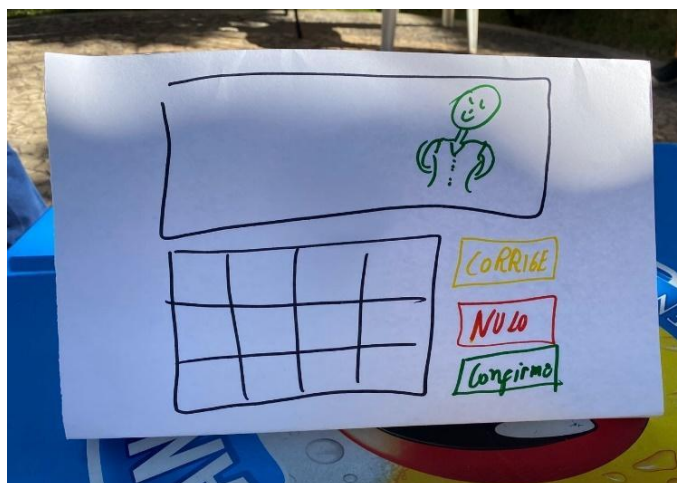
Posterior a dinâmica, foram feitas reflexões do que havia acontecido. Um dos participantes não gostou da estratégia utilizada pelo grupo, porque era preciso se organizar na coletividade para encontrar uma estratégia. A condutora do encontro os levou a refletir: “Vocês encontraram uma solução coletiva? Não pareceu, pois não trabalharam todos juntos, alguns se organizaram em grupos fechados, então o que poderia ser diferente?”. Algumas sugestões foram feitas, como organizar uma corrente, para que todos pudessem se salvar juntos. Outro participante se sentiu confortável com a solução encontrada, porque salvaram todos e, caso fosse necessário voltariam para salvar quem ficasse para trás. Quem ficou para trás afirmou não ter sido uma escolha coletiva, pois não houve diálogo. Já outros afirmaram que apenas uma proposta foi imposta, outros caminhos não foram debatidos e ouvidos.

Chegaram ao consenso que houve eficiência, porque dentro dos serviços públicos é preciso que as adversidades sejam solucionadas de forma rápida, isto é, o problema havia sido resolvido, porém debates e outras vozes não foram ouvidas. Foi citado como

exemplo a oficina que estava acontecendo, em que foram feitas diversas reuniões para decidir o melhor dia e horário para sua realização, e como o grupo não chegou a um consenso, a decisão foi tomada pelo conselho diretor da Casa dos Conselhos. O grupo concluiu que é preciso resolver os problemas e não deixar ninguém para trás, porém ouvir as pessoas e levantar debate leva tempo, por isso é preciso equilíbrio entre o debate e a tomada de decisão.

Logo após, a segunda dinâmica feita foi “Retratos do poder”. Os participantes foram divididos em grupos aleatórios e convidados a criar uma cena estática representando o conceito de poder. Após as apresentações, em roda todos os grupos tiveram a oportunidade de explicar sua cena e os demais contribuir com as percepções. O primeiro grupo buscou retratar o poder do voto e da urna eletrônica, além de sua ruptura por meio da prática do coronelismo e compra de votos.

### Imagem 1 – Grupo 1: o voto representando poder



Fonte: da autora

O segundo grupo representou o poder por meio do direito de fala e da democracia representativa. Na cena, as pessoas estavam dando a alguém o direito de falar por elas, porém o homem tinha todas as vozes e as mulheres possuíam um espaço menor de fala. O grupo discutiu sobre o poder de coerção, afirmando que quanto mais voz uma pessoa tem, maior é o poder que ela exerce.

### Imagem – Grupo 2: amplificação das vozes



Fonte: da autora

A partir dos levantamentos, se iniciou entre todos um debate sobre o que é ter voz, a conclusão foi que ter voz é ter opinião, além disso a coletividade tem o poder de amplificar vozes. Surgiram discussões a respeito de uma visão ainda predominante, sendo esta uma visão elitista de que a população não tem opinião ou educação formal suficiente para se expressar ou saber o que quer. Concluiu-se que as condições de subalternidade ou ausência de educação formal não significam que elas não sabem o que querem e o que precisam.

A condutora da oficina levantou algumas provocações para reflexão: “Como vocês, enquanto poder público e conselheiros, podem se organizar para que as vozes sejam ouvidas? Há também a tensão entre vozes subalternas, que nem sempre se expressam dentro das formas institucionais (conselhos, associações, movimentos sociais, entre outros) e como o poder público pode se articular para ouvir essas vozes? Ou fechará as portas? Quem vai ser ouvido, como vai ser ouvido e por quem vai ser ouvido? Como cotidianamente conseguimos promover outros tipos de mudanças? Há questões que não podem ser resolvidas no conselho, então o que podemos fazer com essas outras demandas?”

O terceiro grupo representou sua imagem enquanto disputa de poder e luta de forças, afirmando que é algo que existe em todas as instituições: partidos políticos, associação de moradores, etc.

### **Imagem – Grupo 3: disputa de poder**



Fonte: da autora

Foram feitas discussões a respeito do atual momento vivido na democracia brasileira, sendo este um contexto político responsável por promover desmontes de formas de participação como conselhos e movimentos sociais, ao passo que têm sido afastados das decisões políticas.

As condutoras explicaram que durante os anos 90 e 2000 havia um discurso predominante no Brasil que os problemas estavam resolvidos, os conflitos solucionados e as políticas públicas encaminhadas. Porém, mesmo em contextos tranquilos, há conflitos. A política é a forma de resolver conflitos sem usar a violência, uma vez que existe o caminho da guerra e o caminho da política, que se realiza através da representação, como o voto, canais institucionais e políticos eleitos. É preciso enxergar a política enquanto um espaço que também é da sociedade civil, visto que as organizações também fazem política, de modo a ouvir essas várias vozes, seja para pressionar o poder público, empresários ou a própria sociedade.

Para além disso, foi discutido sobre a importância do empoderamento da sociedade para que aprenda a cobrar seus próprios direitos. Apesar do enfraquecimento

dos movimentos sociais que vem ocorrendo desde o governo Temer, por meio de desmontes de políticas, da mudança da mentalidade da coletividade mediante o avanço da lógica neoliberal individualista, é preciso trazer consciência para as gerações de que é possível conquistar seus direitos através de movimentos e sindicatos. O poder não é estático e se movimenta por conflitos, interesses e disputas.

Por fim, o quarto grupo expôs o poder representado de um lado por homens, brancos e empresários e do outro lado minorias que não são representadas por esse grupo.

#### **Imagem – Grupo 4: diferenças de poder**



Fonte: da autora

Para explicar a cena, os dois homens tomaram a frente da fala. Então as comunicadoras provocaram o grupo mais uma vez, questionando sobre o espaço das mulheres no poder e introduzindo conceitos como interseccionalidade, ao questionar sobre o espaço da mulher negra em locais de poder.

O grupo passou a discutir sobre lugar de fala, que nada mais é do que o lugar de onde partimos e como isso é importante dentro de certos espaços. Assim, não é preciso silenciar quem não faz parte de determinado lugar de fala, mas é preciso dar um passo atrás, de modo a permitir que os outros se sintam a vontade de falar.

Durante os debates sobre lugar de fala, o grupo percebeu o quanto os homens, na maioria das vezes, tomam a frente das discussões. Para desconstruir isso é preciso que

seja feita uma rede de apoio entre as mulheres, de modo a romper com relações de assimetria de poder em espaços como os conselhos. Dentro da discussão sobre a escuta das mulheres, as falas dos homens foram as mais longas, assim, se uma mulher começa falando, mais mulheres se sentem encorajadas a falar. Esse tipo de estratégia, como controle de tempo das falas, é possível que seja utilizada em reuniões dos conselhos, para que haja tempo igual de fala para homens e mulheres.

Ao final, de modo a construir coletivamente a agenda dos próximos dois encontros, foi feita uma votação para decidir o melhor dia e horário. Os participantes elencaram os temas que mais surgiram durante o encontro, sendo eles: lugar de fala; feminismo; interseccionalidade. Foi feita a sugestão de lincar questões específicas de cada conselho com os temas da oficina.

#### 4.2.2 Oficina direito, cidadania e políticas públicas

Após as apresentações, foi feita a dinâmica do “Nó humano”. Em círculo, os participantes deram as mãos e gravaram quem estava em seu lado direito e esquerdo, depois andaram livremente pelo espaço. Ao sinal, deveriam parar onde estavam e dar as mãos novamente para as mesmas pessoas que estavam ao seu lado anteriormente, mesmo que distante agora. O objetivo era desfazer o nó que havia se formado sem soltar as mãos, dentro de 20 minutos.

O grupo não conseguiu desfazer o nó no tempo proposto, depois disso foram feitas reflexões: é válido manter as regras e respeitá-las ou promover uma ruptura? As regras são pensadas e impostas antes do movimento acontecer, já durante o movimento as regras podem ser mudadas. Foi refletido sobre as diferenças entre sociedade civil e Estado, no sentido de que o Estado só pode fazer o que está na lei e quando a lei manda, já a sociedade civil pode fazer o que achar pertinente. Por isso a composição dos conselhos é *bi partide*, sendo metade representada pela sociedade civil e a outra metade pelo Estado. Este modelo busca contemplar a ideia de democracia participativa, assim os conselhos podem ser interpretados enquanto espaços de negociação.

A condutora da oficina explicou que as conquistas dos direitos, sendo estes direitos civis, políticos e sociais, foram feitas em um contexto de rupturas de poder. Para o grupo refletir foi perguntado “Quando é hora de romper e quando é hora de insistir na regra?”. Nesse sentido, a Constituição de 1988 trouxe direitos que levam à cidadania, então para que serve essa regra e quem fez? O processo da Constituinte foi uma ruptura com a

ditadura militar, fruto de demandas populares como movimentos indígenas, movimentos de mulheres, entre outros.

Foram feitas explicações sobre os direitos civis, enquanto direitos básicos contra a interferência do Estado na vida das pessoas, referindo-se a direitos negativos, isto é, uma proteção contra o Estado, o que nem sempre é suficiente, dado o cenário de desigualdade. Já os direitos sociais trouxeram elementos a respeito das responsabilidades do Estado com os cidadãos, isto é, o que é preciso para viver. Por fim, os direitos políticos estão relacionados à democracia: é preciso dar poder ao Estado para que os direitos sejam efetivados, mas quem será esse Estado? Através da democracia participativa e representativa, é possível escolher quem serão os representantes.

Os direitos estão correlacionados entre si, visto que não é possível exercer o direito político do voto sem acesso à educação, que é um direito social. Além disso, para exercer o direito ao voto por meio da urna eletrônica, é preciso o direito à vida e liberdade, que consistem em direitos civis. Os direitos sociais no Brasil foram enfatizados durante a ditadura varguista e ditadura militar, na era Vargas a cidadania foi regulada, por meio dos direitos trabalhistas, porém só poderia usufruir de direitos trabalhistas, saúde e assistência social quem possuía carteira assinada, que só reconhecia algumas profissões. Durante esse contexto, milhares de pessoas estavam desassistidas dos direitos sociais.

Posterior às explicações, os participantes receberam algumas frases com direitos, por exemplo: licença à gestante, seguro-desemprego, assistência aos desamparados, etc. Havia três cartazes, escritos “direitos civis”, “direitos políticos” e “direitos sociais”, respectivamente. Assim, foram convidados a colar os direitos em cada um dos cartazes.

Imagem 5 – Dinâmica dos direitos



Fonte: da autora

Após a colagem dos direitos, houve uma discussão rica sobre cada um deles. Os participantes foram estimulados a refletir: “O artigo 6º da Constituição Federal garante o direito à saúde, mas como esse direito chega para a população? Isto é, na prática, o que



significa o direito à saúde?” Foi explicado que o papel do poder executivo é transformar a legislação no “Estado em ação”, assim dizendo, em uma política pública, que nada mais é do que o direito na vida cotidiana.

Logo, o papel dos conselheiros é inteirar-se se a política está sendo aplicada de forma correta, dentro do que prevê a lei. O conselho não só fiscaliza, mas também pode propor novas políticas, trazer as demandas da sociedade civil, garantir e verificar se o orçamento está sendo aplicado de forma correta, além de fazer controle sobre os gastos.

Dentro do papel dos conselhos, estes podem atuar diretamente sob a política pública, logo foi explicado sobre as fases de uma política pública e como ela pode ser uma indutora de mudança social. Nem todos os direitos estão consagrados em políticas públicas, assim pode haver uma desconstrução de direitos. Entre o direito e a política pública, entra o papel dos conselhos: garantir que essas políticas não fiquem refém das vontades dos governos, tendo em vista que os governos passam e os conselhos continuam, sendo assim a luta para manter as políticas ativas é dos conselhos e movimentos sociais.

Os presentes aproveitaram as discussões para fazer relatos sobre a falta de incentivo e recursos para suas associações, uma das conselheiras falou sobre a importância de eleger representantes que atuem vinculados às suas lutas, já outra fala foi no sentido da necessidade de formação para conselheiros, haja vista que os conselhos são espaços de lutas e não meramente um espaço para reuniões, porém há dificuldades em fazer com que muitos compreendam seu papel dentro dos conselhos.

#### 4.2.3 Oficina espaços participativos, controle social e garantia de direitos

No último dia de encontro, a condutora da oficina explicou sobre o funcionamento do “Jogo do controle social” que tem como base a cartilha “Controle social: dos serviços públicos à garantia de direitos” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. O objetivo do jogo consistia em solucionar a falta de médico na Unidade Básica de Saúde de um município fictício e a partir das escolhas dos jogadores, discutir a respeito dos desdobramentos e formas de realizar controle social. Para isso, os participantes foram divididos em grupos e convidados a escolher, dentre o amplo leque de estratégias e canais de acesso ao poder público, qual seria o mais pertinente para resolver o problema, dentre eles: abaixo-assinado, ofício, ocupação de prédio público, passeata ou ato público, conselho do equipamento (exemplo: Conselho da UBS ou de escolas), executivo: prefeito, igreja, mídia, entre outras opções.

As possibilidades apresentadas no jogo traduzem as estratégias mais comumente utilizadas no controle social. As mais escolhidas foram os mecanismos de mobilização e pressão. Em um dos momentos do jogo, muito se foi discutido a respeito da atuação do poder legislativo municipal, por meio de vereadores, que por vezes parece ineficaz, segundo os participantes. A condutora dedicou um tempo a explicar como cada ator social entende sua mobilização, por exemplo um bairro que apresenta maior sócio-vulnerabilidade devido a um histórico de não ser ouvido, busca reivindicar suas demandas de determinada forma, por vezes incisiva ou mesmo agressiva. Enquanto outros locais com menor desigualdade geralmente utilizam vias institucionais para mostrar suas demandas.

O grupo vencedor escolheu como estratégia acionar o Ministério Público, a carta dizia que o Ministério Público aceitou a denúncia da falta de médico no município e deu um parecer favorável, assim o objetivo do jogo foi alcançado. Ao final foi realizada a dinâmica dos balões, em que cada um colocava o que pensou sobre a oficina dentro do balão e o enchia. Esses balões foram misturados e as pessoas leram o conteúdo de forma aleatória.

#### 4.3 Análise crítica interpretativa dos encontros e discussões

A análise crítica interpretativa, segundo Fischer (2016) busca avaliar as ações em termos dos sistemas maiores de significado dos quais elas fazem parte, seu objetivo é explorar e estabelecer toda a gama de componentes que o fio condutor da argumentação une. Isto inclui dados empíricos, suposições normativas que estruturam nosso entendimento no mundo social e os julgamentos interpretativos envolvidos no processo de coleta de dados. O pesquisador de políticas ‘ainda coleta os dados, mas agora tem que situá-los ou incluí-los na estrutura interpretativa que lhes dá sentido’ (*apud* FISCHER, 2003, p. 191).

Os formulários de avaliação das oficinas, aplicados aos participantes e equipe do Observatório ao final de cada encontro, contava com a seguinte pergunta: **“Em sua opinião, por que é importante uma capacitação para conselhos?”**. De acordo com as respostas dos formulários, pode-se concluir que a ampla maioria dos participantes acredita que os conselheiros precisam de formações para compreender de fato seu papel dentro do conselho em que está inserido e, assim, incidir de forma mais eficaz sobre as políticas públicas. Para muitos, o momento de formação representou uma forma de incentivo à reflexão e aprimoramento de sua participação:

**Quadro 4 - Reflexão e aprimoramento da participação**

| <b>EXPERIÊNCIA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <b>ATOR SOCIAL</b> | <b>ANÁLISE CRÍTICA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>“A compreensão sobre os direitos, suas especificidades e a história de conquistas e perdas propiciam que os conselhos possam elaborar melhor as políticas”.</p> <p>“A informação é libertadora. Saber o que, como, por que e para que, quando, onde... Nos permite alcançar todo o potencial, sair do costume, do "rotineiro", do conhecido, fazer mais do que normalmente se espera. Romper com o básico.”</p> | Participantes      | <p>Pode-se notar que para alguns dos atores, as oficinas representaram um espaço de reflexão através dos temas propostos. O contato com diferentes tópicos, não comumente debatidos no cotidiano de reuniões de conselhos, se mostra de suma importância para a formação dos conselheiros e, portanto, melhoria de sua participação dentro do respectivo conselho.</p> |
| <p>“A capacitação é importante para que os conselheiros e demais interessados se formem politicamente e tenham uma ampla visão das políticas públicas, administração pública e sociedade.”</p>                                                                                                                                                                                                                     | Equipe OPP         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

Fonte: elaboração da autora

Em face do exposto, compreende-se o Observatório de Políticas Públicas da UFLA na qualidade de um espaço em que se desenvolvem ações com o objetivo de influenciar processos decisórios, de modo a promover emancipação e despertar a consciência crítica através de cursos e oficinas promovidas à sociedade civil e ao poder público. O OPP enquanto um espaço de coalizão de defesa (SABATIER, JENKINS-SMITH, 1993), organiza diversos atores que compartilham de crenças e aproveitam essa estrutura para agir (SILVA, 2012), não só através de interesses comuns, mas também pela

defesa de visões políticas substantivas, de políticas públicas e da sociedade (MARQUES, 2013).

Em vistas disso, a capacitação proposta aos conselheiros de Lavras tinha de fato como objetivo promover um espaço de reflexão entre os múltiplos atores e oferecer ferramentas de aprimoramento para sua participação. Para isso, foram propostos para os encontros uma visão ampla de políticas públicas, administração pública e sociedade. Alguns dos tópicos planejados foram contemplados, como as definições de poder, o ciclo de políticas públicas, os tipos de direitos e controle social. Porém, se tratando de uma ação extensionista através de intervenção participativa, utilizando-se de processos dialógicos e de aprendizagem colaborativa, comprometida com a educação enquanto comunicação e não transferência de saber (FREIRE, 1979), outros tópicos que não estavam propostos foram discutidos pelos participantes.

Durante o primeiro dia de oficina, ao debater sobre relações de poder, o grupo passou a discutir sobre lugar de fala, isto é, o ator como um ator em contexto, para então chegar à reificação do ator como um ator em interação contextual (BOULLOSA, 2019). Essa temática os levou a discutir sobre a interseccionalidade, noção que busca superar a perspectiva de mulher única e universal ao debater questões de gênero, levando em consideração os diferentes eixos de opressão que se entrecruzam, como raça e classe, o que reforça desvantagens com vulnerabilidades preexistentes, produzindo assim diferentes dimensões de desempoderamento (CRENSHAW, 2002). De modo a superar qualquer assimetria de poder entre homens e mulheres em reuniões dos conselhos, o grupo compreendeu como válido adotar estratégias como controle do tempo de fala, para que todas as vozes sejam ouvidas. O amplo debate que se abriu a partir evidencia a importância de não ater as discussões apenas àquilo que havia sido proposto inicialmente, aumentando assim as possibilidades de debate e troca de conhecimento.

**Quadro 5 – Capacitação enquanto espaço de troca de aprendizagem**

| EXPERIÊNCIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | ATOR SOCIAL   | ANÁLISE CRÍTICA                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>“Fundamental para nosso fortalecimento, nos conhecermos, podermos criar interfaces de lutas, atuações coletivas, informações atuais que nos ajudam na produção de saber, criticidade, autonomia, emancipação”.</p> <p>“A troca de conhecimentos e diferentes visões de mundo, que agregam muito na vida de cada um.”</p> <p>“É importante para discussão e construção de opiniões coletivas e compartilhadas. É importante também para desenvolvimento de habilidades e ferramentas para exercício da participação”</p> | Participantes | <p>Algumas respostas sobre a importância de uma capacitação foram a respeito do espaço de troca e interação propiciados pelas oficinas. O compartilhamento de informações foi visto como vantajoso para melhoria da participação dos conselheiros.</p> |
| <p>“Para fortalecer laços entre conselheiros e empoderá-los sobre sua atuação.”</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Equipe OPP    |                                                                                                                                                                                                                                                        |

Fonte: elaboração da autora

O processo de participação exige a construção de coletividades solidárias, cujo em seu interior os indivíduos se considerem reciprocamente iguais (DELLA PORTA, 2003). Assim sendo, os encontros representaram para alguns participantes um espaço de aprendizagem colaborativa entre os atores, propiciando uma interação entre sociedade civil, governo local e equipe universitária. Côrtes (2010), traz a importância dos conselhos não se restringirem na arena política se deu setor, visto que podem buscar apoio de atores externos para que seus objetivos sejam alcançados. Logo, as oficinas foram uma oportunidade para mostrar aos conselheiros que não estão isolados, pois podem interagir com outros atores e suas ações podem extrapolar o território dos conselhos.

Nesse contexto, a equipe condutora dos encontros serviu como “facilitadora” da aprendizagem pública e de empoderamento político, em vez de fornecer respostas técnicas para levar discussões ao fim, se propôs a fomentar discussões e ajudar os cidadãos em seus esforços para examinar seus próprios interesses e tomar decisões (FISCHER, 1990; CALDWELL, 1975 *apud* FISCHER, 2016).

Quando não há interação entre atores, isto é, há desativação da multiatorialidade, se produz um círculo vicioso com a perda de público, no sentido mais democrático possível do termo (BOULLOSA, 2020). Por isso é de extrema importância que sejam promovidos espaços plurais de debates, para além das reuniões dos conselhos, como reuniões da Casa dos Conselhos, cursos e capacitações. Tratar avaliativamente esta multiatorialidade significa compreender e reforçar a interação entre os atores e dar vida analítica às suas dinâmicas. Assim, mesmo quando avaliamos políticas, planos, programas, projetos e ações, estamos avaliando, antes de tudo, argumentos. São produzidos, portanto, argumentos a partir de argumentos, aceitando discursivamente as múltiplas racionalidades neles presentes (BOULLOSA, 2020).

Ao passo que alguns participantes encararam os encontros enquanto um espaço de troca, outros mostraram dificuldades de se engajar enquanto coletividade. Apesar de não ser o foco da capacitação, sobre a pergunta do formulário: “Quais outros temas você julga importante para o exercício das funções dos conselhos e para a participação social?”, foram feitas sugestões específicas de temas tratados em alguns conselhos, como direitos LGBTQIA+, capoeira, esporte, violência contra a mulher, contrariamente a proposta da capacitação, de abordar temas pertinentes a todos os conselhos de um modo geral.

Não obstante, em certos momentos das oficinas alguns participantes aproveitaram para fazer desabaços sobre as dificuldades de sua associação ou movimentos. Algumas das falas foram relevantes, relacionando a teoria do conteúdo exposto com a prática vivida no cotidiano, já outras eram inoportunas para a discussão do grupo de um modo geral, o que foi visto de forma negativa por alguns dos presentes, que relataram nos formulários:

*“(...) houveram muitas discussões e desabaços pessoais e isso prejudicou um pouco (...)”* - Participante 1

Devido à dificuldade de fazer com que os conselheiros participassem da capacitação, uma participante sugeriu no formulário que a equipe formadora fosse até uma reunião de seu conselho e executasse a oficina apenas aos seus membros. O individualismo do grupo pôde também ser notado na dificuldade em se organizar durante

a “dinâmica da ilha”, primeira dinâmica realizada, em que foram adotadas estratégias individuais pelos participantes, quando deveriam agir em conjunto.

O avanço do neoliberalismo não só enquanto uma vertente econômica, mas também uma racionalidade promotora de individualismo exacerbado, somado às ações do atual governo de extrema direita, tem sido promissor na promoção de desmontes de mecanismos de participação. A inclusão social por vias programáticas estatais parece complexa e difícil de alcançar, enquanto as respostas que o neoconservadorismo oferece são imediatas e plenas de sentido. O bolsonarismo enxerga o outro como ameaça, e não como regra do jogo democrático (KOUPAK *et al*, 2021).

Logo, a participação social tem sido desidratada, o que obstrui a inclusão dos cidadãos na gestão política. Dos participantes do curso, 54,4% não possuem vínculo com organizações da sociedade civil, enquanto 85,3% não possuem filiação em partidos políticos. As ameaças da necropolítica proposta pelo avanço bolsonarista, inviabilizam a convivência democrática. Os desmontes feitos durante o atual governo, como a extinção de conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns e salas, além do fim da Política Nacional de Participação Social instituída durante o governo de Dilma Rousseff, deixa claro que sua intenção é emudecer vozes que possam criticar os rumos de suas políticas de retrocesso (KOUPAK *et al*, 2021).

#### Quadro 6- Compreensão das funções dos conselheiros

| EXPERIÊNCIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | ATOR SOCIAL   | ANÁLISE CRÍTICA                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>“Para esclarecer a função de cada conselheiro e a importância da luta pela efetivação das políticas públicas”</p> <p>“Para que os conselheiros tenham conhecimento das ferramentas necessárias para exercer suas funções”.</p> <p>“Para que cada um que participa de um conselho saiba o seu papel e função no conselho e nas decisões de políticas”</p> | Participantes | A ampla maioria das respostas sobre a importância de uma capacitação estavam relacionadas à necessidade dos conselheiros de compreender quais são suas funções dentro do conselho. Entende-se que para muitos não basta a participação, mas há uma preocupação com a qualidade desta participação. |

Fonte: elaboração da autora

Durante o segundo dia de oficina, ficou evidente na fala de uma das participantes a preocupação com a qualidade da participação dos conselheiros, segundo ela as cadeiras do conselho estarem preenchidas nem sempre significa que as pessoas estão engajadas em suas atividades. As regras formais ou impostas que instituem os conselhos em grande parte dos municípios, não fazem com que haja participação de fato ou que esta seja de qualidade.

Ao responder à pergunta do formulário a respeito de sugestões de temas para próximas oficinas, os participantes pediram explicações sobre as funções dos conselheiros:

*“Como funciona. Qual a representatividade das cadeiras e como pode atuar na fiscalização e propostas de políticas públicas”* - Participante 2

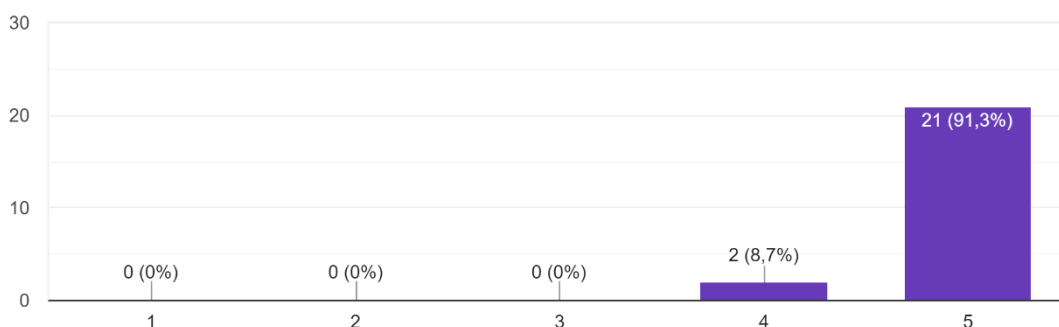
*“Especificidades de cada conselho (construção de políticas, trabalho de comissões, fiscalização, monitoramento...)”* - Participante 3

Evidentemente, os participantes necessitam de formações para compreender os limites de suas ações enquanto conselheiros, de modo a fortalecer sua participação. Apesar de pedirem nos formulários por conteúdos como este, ao final do primeiro dia de oficina, a grande maioria dos participantes colocou como sendo muito importante para as atividades do conselho os temas que foram tratados no encontro:

### **Gráfico 11- Avaliação da importância dos temas das oficinas:**

Avalie a importância do tema para o exercício das atividades nos conselhos; sendo: 1 (Nada importante) e 5 (Muito importante).

23 respostas



O último dia de oficina, realizado no dia 27 de agosto de 2022, contou com um esvaziamento de participação, com apenas 14 participantes, dentre eles, metade eram



parte da equipe organizadora. A princípio o encontro traria discussões teóricas sobre o surgimento histórico dos espaços participativos, participação social e garantia de direitos, formas de exercício da participação social, institucionalização da participação; funcionamento prático dos conselhos gestores (regimentos internos e estatutos), conceito de controle social, importância do controle social para a garantia de direitos e formas de exercício do controle social. Temas muito requisitados pelos próprios participantes ao final dos encontros anteriores.

A equipe do Observatório havia planejado também aplicar técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (PEREIRA, 2017), adaptadas para os conselhos de Lavras. As técnicas aplicadas serviriam para os conselheiros avaliarem quais os problemas mais urgentes de serem resolvidos e, além disso, colocar em prática dentro dos conselhos o que julgassem necessário para a melhoria da participação.

As técnicas aplicadas seriam a “matriz realidade e objetivo”, técnica que consiste na elaboração de uma matriz na qual são cruzadas as informações sobre os problemas, suas causas e possíveis soluções apresentadas de determinada coletividade. Por exemplo, se o problema elencado for: centralização das tarefas dos conselhos em poucos conselheiros, o objetivo a ser alcançado poderá ser a descentralização das atividades do conselho, enquanto um possível caminho, isto é, uma possível solução para este problema, seria uma melhor divisão de tarefas a ser feita durante as reuniões dos conselhos.

Em seguida, de modo a direcionar os próximos passos dos conselhos e servir como um norte para os participantes, seria aplicada a técnica “eleições de prioridades”. Essa técnica consiste na apresentação e análise de todas as demandas existentes por parte da coletividade em foco, assim o objetivo é elegê-las em ordem crescente de prioridade. Esta etapa caracteriza o encerramento de um processo e o início de outro, que se dá com o “planejamento participativo”, servindo de base para se estabelecer os objetivos de curto, médio e longo prazo, bem como o estabelecimento de estratégias de ação (PEREIRA, 2017). Devido à baixa na participação, as técnicas não foram aplicadas. O grupo optou por fazer apenas o “Jogo do controle social” e discutir a respeito dos desdobramentos e formas de realizar controle social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face das análises realizadas, nota-se que as experiências participativas e deliberativas fazem agora, de fato, parte da arena normal de tomada de decisões políticas

e administrativas. Nesse sentido, o presente trabalho buscou demonstrar como a formação política de atores sociais engajados em ações coletivas e sociais é de extrema importância para promover o aprimoramento de sua atuação. O engajamento plural promovido pela interação entre os múltiplos atores representa um fortalecimento e criação de redes entre os participantes, com o intuito de ampliar possibilidades de participação entre sujeitos. Assim, através de situações de interação e troca, os conhecimentos são construídos.

Constatou-se que parte dos desafios enfrentados pelos conselheiros estão ligados à falta de compreensão a respeito de suas funções e limites de sua interferência em ações do governo municipal, o que afeta, conseqüentemente, a qualidade de sua participação. Desse modo, os cursos e oficinas ofertados pelo Observatório de Políticas Públicas da UFLA surgem como uma oportunidade de formação e interação entre a multiatorialidade, de modo a despertar a consciência crítica de conselheiros, poder público e sociedade civil, e, portanto, em sua capacidade de inferir sobre políticas públicas locais.

Foi possível também observar que mesmo se tratando de um curso voltado para conselhos gestores de políticas públicas, mais da metade dos presentes não faziam parte de alguma organização da sociedade civil, tampouco já estiveram filiados em algum partido político. De acordo com Della Porta (2003), na realidade das democracias ocidentais a participação é seletiva, o número de cidadãos que participam politicamente é limitado e alguns grupos participam menos que outros. Por analogia, alguns dos participantes da capacitação que responderam no formulário que possuíam vínculo com organizações da sociedade civil, além de compor ativamente diversos outros espaços participativos, estão também a muito tempo envolvidos com atividades de participação política. Quem não participa, não ocupa nenhum outro espaço político, já quem participa, participa de diversos espaços e a muito tempo.

Um bom governo pode ser importante para facilitar a capacidade dos cidadãos para se associarem e cooperarem entre si e com as instituições (DELLA PORTA, 2003), sendo assim é possível compreender o afastamento da participação social, que se dá em virtude dos inúmeros desmontes promovidos pelo atual governo. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018) no livro “Como as Democracias Morrem”, os quatro principais indicadores de comportamento autoritário são: rejeição das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Como resultado, é possível afirmar que o Brasil tem se afastado de um modelo ideal de democracia, ao passo que a

lógica do bolsonarismo atrai a violência ao repertório político a muitos anos, promovendo perseguições a oposição, manifestações antidemocráticas e sendo responsável por uma das eleições mais violentas da história do país.

## REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**: Coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

BOULLOSA, R. de F. Mirando ao revés as políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola da AGU**, série especial, p. 89-105, 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por uma mirada ao revés nas políticas públicas: notas sobre a construção de um percurso de pesquisa. *In*: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social-ENAPEGS 2013**. 2013.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 317-342, 2021.

BOULLOSA, Rosana et al. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 10, n. 1, p. 0-0, 2021.

BOULLOSA, Rosana. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. **NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 427-442, 2020.

CORTÊS, Soraya Vargas. Conselhos de Políticas Públicas: o falso dilema entre institucionalização e democratização da gestão pública. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**, p. 27-50, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DELLA PORTA, Donatella. Introdução à ciência política. 2003.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Educar em Revista**, p. 181-191, 2000.

FARIA, Hamilton et al. Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. 2005.

FISCHER, Frank et al. (Ed.). Handbook of critical policy studies. Edward Elgar Publishing, 2015.

FISCHER, Frank. What is critical? Connecting policy analysis to political critique. **Critical policy studies**, v. 10, n. 1, p. 95-98, 2016.

FISCHER, Frank. **Democracy and expertise: Reorienting policy inquiry**. OUP Oxford, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**, v. 1, 1989.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE CIDADES**. Brasil, Minas Gerais, Lavras. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>. Acesso em: 04 de setembro de 2022.

IMRS- ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL- **Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte. Disponível em: < <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas> > Acesso em: 4 de setembro de 2022.

KOUPAK, Kelen et al. Democracia e participação em xeque no governo Bolsonaro. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais: Cadeccs**, v. 9, n. 1, p. 45-67, 2021.

LAVALLE, Adrian Gurza; GUICHENEY, Hellen; VELLO, Bruno Grisotto. CONSELHOS E REGIMES DE NORMATIZAÇÃO padrões decisórios em municípios de grande porte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021.

LAVALLE, Adrián Gurza; VICK, Fernanda. É a política...: a efetividade das conferências e seus mecanismos causais. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 556-586, 2020.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados**, v. 59, p. 609-650, 2016.

LAVRAS. Prefeitura Municipal. Lei Orgânica do Município, de 17 de fevereiro de 1990. **Câmara Municipal de Lavras**. Disponível em: <<https://www.lavras.mg.leg.br/leis/lei->

organica-municipal/lei-organica-do-municipio-de-lavras-atualizada-ate-emenda-29-17.pdf/view> Acesso em: 05 de agosto de 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. **Editora Schwarcz-Companhia das Letras**, 2018.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política pública como campo multidisciplinar: Capítulo 2- As Políticas Públicas Na Ciência Política. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, 2013.

MILANI, Carlos RS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

PEREIRA, José Roberto. Diagnóstico Participativo: o método DRPE. **Tubarão: Perito**, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Edufba, 2010.

SILVA, Celso Fraga da. **Accountability e controle social**. 2011.

SILVA, Monika Weronika Dowbor da. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). 2012. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**, p. 51-70, 2010.

TEIXEIRA, Ana Claudia. Formação dos conselhos no Brasil. **Você quer um bom Conselho**, 2005.

## APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

Caracterização pessoal dos participantes das oficinas "Poder, política e democracia; Direito, cidadania e políticas públicas; Espaços participativos e controle social" pertencente ao projeto de extensão "Capacitação para Conselhos Gestores de Política Públicas". Este formulário é anônimo e as informações preenchidas serão utilizadas, unicamente, para fins de pesquisa acadêmica.

### 1) Idade

- 18 - 29 anos
- 30 - 59 anos
- 60 - 69 anos
- acima de 70 anos

### 2) Cor/raça

- Branca
- Pardo
- Preta
- Amarela
- Indígena

### 3) Identidade de Gênero

**Cisgênero:** se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

**Transgênero:** não se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

**Não-binário:** não adota rótulos de gênero.

- Homem cisgênero
- Homem transexual
- Mulher cisgênero
- Mulher transexual
- Não-binário

Outro: \_\_\_\_\_

## 4) Orientação sexual

**Assexual:** pessoa que não sente atração por nenhum sexo.

**Bissexual:** atração por ambos sexos.

**Heterossexual:** atração pelo sexo oposto.

**Homossexual:** atração pelo mesmo sexo.

**Pansexual:** atração por pessoas, independente de sexo.

- Assexual
- Bissexual
- Heterossexual
- Homossexual
- Pansexual

## 5) Escolaridade

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto

## 6) Renda mensal

- Até 1 salário mínimo (R\$1.212,00)
- De 1 a 2 salários mínimos (R\$1.212,01 a R\$2.424,00)
- De 2 a 6 salários mínimos (R\$2.424,01 a R\$7.272,00)
- De 6 a 10 salários mínimos (R\$7.272,01 a R\$12.120,00)
- Acima de 10 salários mínimos (mais de R\$12.120,01)

## 7) Ocupação profissional

## 8) Pertence a qual/quais conselho(s)?

- Conselho de Assistência Social
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência



- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho dos Direitos das Mulheres
- Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa
- Conselho de Educação
- Conselho de Políticas de Igualdade Racial
- Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural e Histórico
- Conselho de Saúde Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- Não participo de nenhum conselho

Outro: \_\_\_\_\_

9) Qual cadeira ocupa no Conselho?

- Representante da sociedade civil
- Representante governamental
- Não participo de nenhum conselho

10) Participa ou já participou de conselhos? Some o tempo de experiência

- Entre 0 a 1 ano
- 2 a 3 anos
- 4 a 5 anos
- 6 anos ou mais
- Não participo de Conselhos e nunca participei

11) Possui vínculo à organizações da sociedade civil, tais como cooperativas, associações, entidades, dentre outros?

- Sim
- Não

12) Possui filiação em partido político?

- Sim
- Não

## **APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO: PARTICIPANTES**

Avaliação geral da oficina "Poder, política e democracia; Direito, cidadania e políticas públicas; Espaços participativos e controle social" pertencente ao projeto de

extensão "Capacitação para Conselhos Gestores de Política Públicas". Este formulário é anônimo e as informações preenchidas serão utilizadas, unicamente, para fins de pesquisa acadêmica.

**Perguntas:**

- 1) Em sua opinião, por que é importante uma capacitação para conselhos?

---



---

- 2) Apresente suas críticas e sugestões para que o curso contribua de forma mais efetiva com a formação de participantes dos conselhos gestores de políticas públicas

---



---

- 3) Avalie o quanto você conseguiu aprender com os temas em uma escala que vai de 1 (nada) e 5 (o máximo possível):

|     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
| ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

- 4) Avalie a importância do tema para o exercício das atividades nos conselhos; sendo: 1 (nada importante) e 5 (muito importante):

|     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
| ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

- 5) Avalie a importância do tema enquanto cidadão para o exercício da participação social; sendo: 1 (nada importante) e 5 (muito importante):

|     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
| ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

- 6) O quanto você se sente seguro em aplicar o tema em suas atividades e vida cotidiana? Sendo: 1 (não me sinto seguro) e 5 (totalmente seguro):

|     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
| ( ) | ( ) | ( ) | ( ) | ( ) |

- 7) Avalie a sua capacidade de relacionar os conceitos discutidos na oficina com situações práticas, sendo: 1 (nada) e 5 (o máximo possível):

|   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

( ) ( ) ( ) ( ) ( )

- 8) Avalie em que medida as técnicas e métodos adotados (utilização de jogos, debates) ao longo da oficina contribuíram para seu aprendizado; sendo 1 (não contribuíram) e 5 (contribuíram muito):

1            2            3            4            5  
( )        ( )        ( )        ( )        ( )

- 9) Avalie em que medida a sua interação com as professoras facilitadoras e demais participantes influenciou no processo de aprendizagem; sendo 1 (não contribuíram) e 5 (contribuíram muito):

1            2            3            4            5  
( )        ( )        ( )        ( )        ( )

- 10) Considere o objetivo proposto pelo curso: Construir um panorama dos principais conceitos relacionados à Poder, Política e Democracia. Avalie o quanto ele foi alcançado ao longo da oficina sendo 1 (nada) e 5 (completamente alcançado):

1            2            3            4            5  
( )        ( )        ( )        ( )        ( )

- 11) Quais outros temas você julga importante para o exercício das funções dos conselhos e para a participação social?

### **APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO: EQUIPE EXECUTORA**

Avaliação equipe executora das oficinas "Poder, política e democracia; Direito, cidadania e políticas públicas; Espaços participativos e controle social" pertencente ao projeto de extensão "Capacitação para Conselhos Gestores de Política Públicas". Este formulário é anônimo e as informações preenchidas serão utilizadas, unicamente, para fins de pesquisa acadêmica.

#### **Perguntas:**

( ) Discente

( ) Docente

- 1) Em sua opinião, por que é importante uma capacitação para conselhos?

- 2) Considere o objetivo proposto pelo curso: Construir um panorama dos principais conceitos relacionados à Poder, Política e Democracia. Avalie o quanto ele foi alcançado ao longo da oficina sendo 1 (nada) e 5 (completamente alcançado):

1            2            3            4            5  
(   )    (   )    (   )    (   )    (   )

- 3) Avalie o desempenho da equipe do OPP na elaboração e condução do curso.  
Sendo 1 (não satisfatório) e 5 (muito satisfatório):

1            2            3            4            5  
(   )    (   )    (   )    (   )    (   )

- 4) Quais outros instrumentos poderiam facilitar o trabalho do Observatório? O que poderia ter sido melhor?

- 
- 5) Apresente suas críticas e sugestões para que o curso contribua de forma mais efetiva com a formação de participantes dos conselhos gestores de políticas públicas

- 
- 6) Você tem algum comentário ou sugestão sobre a concepção ou processo de condução da capacitação?
-